



“UNICAMP DIANTE DOS ANOS DE CHUMBO: o papel da Universidade durante e após o período ditatorial, a partir dos seus testemunhos”

Palavras-Chave: Ditadura-Militar, Memória, Políticas de Memória, Unicamp.

Ana Luísa Henrique Martuscelli, IFCH – UNICAMP

Prof.^a. Dr.^a. Aline Vieira de Carvalho, NEPAM - UNICAMP

Coautor: Me. Elton Rigotto Genari, IFCH - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

O presente texto corresponde a um resumo dos produtos dos trabalhos desenvolvidos durante a pesquisa de Iniciação Científica que ocorreu durante os anos de 2024 -2025, relativos à duração do edital PIBIC 2024/25, o qual a aluna foi contemplada. A temática da investigação, Universidade Estadual de Campinas diante dos anos de chumbo, surge mediante ao contexto universitário de luta pelo resgate e preservação de memórias difíceis ainda presentes em nossa sociedade.

Assim, soma-se às políticas internas recentes como: a Comissão de Verdade e Memória “Octávio Ianni”; ao parecer de tombamento do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna/São Paulo da Profa. Dra. Silvana Rubino, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH); às escavações arqueológicas do DOI-CODI/SP, realizadas pelo Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP), coordenado pela Profa. Dra. Aline V. de Carvalho e ao recente acordo entre o Ministério Público de São Paulo e da Unicamp para a Universidade ser responsável pela gestão do futuro memorial do DOI-CODI/SP.

Seu diferencial investigativo, entretanto, foi elaborado mediante literaturas que analisam o período da Anistia brasileira, como principalmente, “*A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*” (Silva-Seligmann, 2022), que compreendem que o período ditatorial ainda representa uma *ferida aberta* na sociedade. Assim, a pesquisa pretende averiguar como as testemunhas do período de 1964-1985, que pertenciam à comunidade acadêmica da Unicamp na época, convivem com tais memórias hoje em dia - analisando também, os avanços e limites das políticas de memória instauradas até então.

METODOLOGIA:

A principal metodologia utilizada na pesquisa foi a de História Oral, ou seja, a que prioriza a investigação por meio da gravação e transcrição de entrevistas com testemunhas que vivenciaram o período. Para nos servir de guia durante esse processo, foi utilizado textos referenciais de cunho reflexivo teórico e prático sobre a temática, como, principalmente, o *Manual de História Oral* (Alberti, 2004), *História Oral: possibilidades e procedimentos* (Freitas, 2002) e *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos* (Bosi, 1979).

Assim, à luz dessas bibliografias, idealizou-se dois tipos de entrevistados. O primeiro correspondendo àquele que participou do processo de organização da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” (CVMOI), como Caio Navarro de Toledo. O segundo tipo, por sua vez, era representado pelas vítimas do próprio contexto ditatorial e que apareciam no Relatório Final da CVMOI ou no levantamento realizado por Toledo para o *Jornal da Unicamp* (2016), como foi o caso, por exemplo, de Ademir Gebara e Carlos Alberto Lobão da Silveira Cunha. Vale ressaltar que, nem todas as pessoas pensadas a priori para serem entrevistadas responderam o convite, o que reflete também no fato de logarmos entrevistar somente àqueles que aparentavam uma maior disponibilidade e que se sentissem confortáveis para compartilhar suas experiências e pontos de vista.

Ademais, por conta desse método que conta com pesquisa (no caso, entrevistas) com seres humanos, este projeto teve que se ater às normativas bioéticas do Comitê de Ética institucional - mais especificamente o Comitê de Ética e Pesquisa nas Ciências Humanas - sendo guiado pelas Resolução CNS nº 510/2016 através do CAAE: 87741124.7.0000.8142, gerado após a aprovação para a realização da pesquisa.

Fora os testemunhos orais, outra fonte de suma importância foi o Relatório Final da CVMOI (2015). Para uma análise minuciosa deste texto, tornou-se relevante a realização de uma tabela que listasse todos os sujeitos nomeados ao longo do texto, sejam eles: vítimas do período ditatorial; militares e sujeitos envolvidos diretamente com o Regime Militar; membros que participaram da organização da Comissão e indivíduos ligados à Unicamp durante 1964-1985. Nesse momento, para entender as dinâmicas sociais mobilizadas na época (tanto de escrita do relatório, quanto da própria Ditadura), utilizou-se outros documentos como o documentário *Intervenção Unicamp* (Roldan, 2014) e diversas edições do *Jornal da Unicamp* para complementar o entendimento sobre os atores da época.

Além disso, por tratar-se sobre a história institucional da Universidade, um dos métodos de pesquisa foi realizar leituras bibliográficas sobre (Gomes, 2007) e averiguar a legislação e a documentação que acompanhou seu próprio processo de criação. Para acessá-las, foi utilizado o acervo recentemente digitalizado da Adunicamp e, também, o do Siarq.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

“A Unicamp não foi uma ilha”, esse foi o título que levou o artigo que originou, segundo o depoimento de Caio Toledo, a criação da Comissão da Verdade e Memória Interna, esse emblema refere-se que, mesmo sendo uma exceção - frente às atrocidades cometidas nos *campis* da Universidade de São Paulo e na Universidade Nacional de Brasília - a comunidade acadêmica da Unicamp também apresentou sinais de sofrimento frente a práticas de violência e perseguição.

Diante desse contexto, seu processo de democratização e de produção de políticas de memórias internas, também estava banhado de acontecimentos extra-institucionais, que refletem no entendimento sobre como foi o processo ditatorial diante da Universidade Campineira.

Os trabalhos da Comissão da Verdade lograram sistematizar as vivências de discentes e docentes da época que a Unicamp vivenciava o Regime Militar. A participação desses agentes na resistência ao contexto brasileiro da época é expressiva, inclusive na própria organização do DCE - Diretório Central dos Estudantes, com sua criação em 1974 em meio a uma tentativa de greve (Pereira, 2006) - e da Adunicamp (Associação de Docentes da Unicamp), como ressaltado no Boletim 7 de 01-08-1979 que representa uma convocação para uma Ato Público no Largo do Rosário (Campinas- SP) pela Anistia, sob os comandos de:

“Libertação imediata de todos os presos políticos / Volta de todos os exilados / Reintegração de todos os detidos, excluídos, reformados cassados e aposentados / esclarecimento das mortes e desaparecimento de opositores. / Responsabilidade dos que praticaram torturas e assassinatos / Revogação da Lei de Segurança Nacional e de todos atos e leis repressivas / Desmantelamento do ainda imune aparelho de repressão política / Readmissão dos trabalhadores punidos pela CLT” (Adunicamp, 1978)

Entretanto, talvez por um limite investigativo da Comissão, não conseguiram sistematizar o cotidiano e os enfrentamentos dos funcionários não-docentes durante o mesmo período. O que representa a necessidade de pesquisas que complementam aquelas relacionadas ao surgimento da ASSUC (Associação de Servidores da Unicamp) - como o livro *A História de Luta dos Trabalhadores da Unicamp* (Lópes; Paixão, 2016) - para averiguar como se dava o enfrentamento à repressão dentre os servidores técnico-administrativos.

A CVMOI foi criada frente a um contexto nacional (e tardio, comparadamente ao processo de Comissões Nacionais da Verdade em outros países da América Latina) de busca sobre essa memória velada. Ao retomar a tese de Silva-Seligmann (2022), é notável que a Anistia brasileira foi comandada pelos próprios militares, em uma tentativa de fazer com que a Anistia também sirva para eles mesmos. Esse efeito emitiu graves consequências no âmbito das políticas de memória do nosso país, que até os dias atuais não obteve efeito jurídico de punição de diversos responsáveis pelos crimes de perseguição, tortura e homicídio.

Os rastros deixados por essa falta de medidas punitivas, também apresentou-se na primeira década após o fim da Ditadura-Militar, na Unicamp, a partir do Departamento de Medicina Legal. Como

relatado por Maria Amélia de Almeida Teles e Suzana Keniger Lisboa (2012), os vestígios humanos procedentes da vala clandestina de Perus, que ficou sob responsabilidade institucional de Badan Palhares em uma tentativa de decodificação das ossadas presente, foram abandonados pela Instituição de Ensino Superior, recebendo um mal tratamento de manuseio e de armazenamento. Acontecimento que deveria ser inadmissível frente aos sentimentos de familiares e das próprias memórias das vítimas da ditadura.

Quando pretendemos abordar o período ditatorial frente a Unicamp, devemos lembrar um ator crucial para os desdobramentos dessa época: Zeferino Vaz. Atualmente, a figura de Vaz dentro da Unicamp é exaltada e seu nome é atrelado a um dos maiores prêmios de destaque de desempenho acadêmico para docentes da Universidade. O *Prêmio de Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz”*, instituído desde 1990 (Gardenal, 2008) e regulamentado através da Deliberação do CONSU-A-015/2017, visa “o reconhecimento da contribuição à instituição e à sociedade pelos membros docentes que mais se destacaram nas atividades de ensino, pesquisa e extensão” (Unicamp, 2013).

Torna-se visível o reconhecimento dos feitos do primeiro reitor da Unicamp para o ramo educacional, porém, não há menções sobre seu envolvimento com os agentes militares durante o período ditatorial. Seja em sua atuação, como reforçado por Toledo, em outras universidades (como na UnB, ou na USP), mas também no aberto apoio partidário ao Arena e na sua aproximação com dirigentes da época (incluindo o título de *Honoris Causa*, agora revogado, concedido à Jarbas Passarinho), durante sua gestão como reitor da Unicamp.

Até que ponto essa parte de nossa história institucional é conhecida pela comunidade acadêmica que frequenta a Unicamp atualmente? Essa indagação foi um dos frutos das reflexões obtidas no andamento da pesquisa e das entrevistas, pois, segundo um dos próprios membros da comissão em seu depoimento, não houve uma política de divulgação do conhecimento gerado por meio da CVMOI:

“O Zeferino Vaz é o nome da comunidade universitária, ele dá nome a prêmios importantes da universidade, ele dá nome à salas. E no entanto, as circunstâncias políticas não são tais que jamais se poderá cogitar de questionar isso. Agora o relatório [refere-se ao Relatório Final da CMVOI], quem leu o relatório? e é essa é uma das questões, o relatório foi conhecido? Não foi, o relatório não foi. Ele foi impresso, num número reduzido, distribuído, mas eu acredito que, tenho quase a certeza que... Ele não tenha sido lido e discutido, né, então é um dos limites.” (Toledo, Caio entrevista concedida à Martuscelli, Ana. jul. 2025)

CONCLUSÕES:

A pesquisa sobre a história institucional da Universidade, para além de buscar complementar as lacunas de conhecimento existentes acerca do passado, é importante para refletirmos sobre as práticas e as relações estabelecidas no seu presente. Assim, a Unicamp, tendo sua criação atribuída sobre os logros e os empenhos de Zeferino Vaz - em meio a contexto ditatorial - ainda exalta sua figura por completo, não discutindo seu envolvimento junto com os atores do Regime Militar.

Ao contrário de deslegitimar os avanços dos períodos passados e do presente momento, é necessário reconhecer as complexidades imersas nesses contextos históricos, e com isso, reconhecer a complexidade que a figura que Vaz representa e não simplificar sua existência apenas como o criador benfeitor da universidade.

Para finalizar, parafraseando o texto de um dos nossos entrevistados, a Unicamp segue não sendo uma ilha, logrando em avançar em diversos pontos como a organização das escavações e de gerir um Memorial no Doi-Codi/SP, mas ainda possuindo diversos desafios (que esses, podem ultrapassar os limites institucionais) no âmbito de políticas de memória - e sobre sua própria memória interna, refletindo sobre honrarias, hierarquias presentes e a história que é contada sobre a própria universidade.

BIBLIOGRAFIA

- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- COMISSÃO DA VERDADE E MEMÓRIA "OCTÁVIO IANNI". Relatório final da Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni" da Unicamp. Campinas: UNICAMP/Gabinete do Reitor, 2015.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral, possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- GOMES, Eustáquio. **O Mandarin: História da infância da Unicamp**. Editora Unicamp, Campinas, 2007.
- LISBOA, Suzana Keniger; TELES, Maria Amélia de Almeida. A vala de Perus: um marco histórico na busca da verdade e da justiça!. In: CARDOSO, Ítalo; BERNARDES, Laura; HESPANHA, Luiz (Ed.). **Vala clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira**. Instituto Macuco, 2012.
- LOPES, Glória; PAIXÃO, Rodrigo. **A História de Luta dos Trabalhadores da Unicamp**. Editora Unicamp, Campinas, 2016.
- MORAES, João C. K. Quartim. O inventário inacabado. [Entrevista concedida a] KASSAB, Álvaro; PEREIRA, Carlos Lemes. **Jornal da Unicamp**, Campinas-SP, nº160, março de 2001.
- PEREIRA, Mateus Camargo. Tecendo A Manhã: História do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974/1982). Faculdade de Educação, Campinas, 2006.
- ROLDAN, Beto. Intervenção Unicamp. Campinas, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WC6YDUK9Z7>>. Acesso em 04 de ago. de 2025.
- RUBINO, Silvana Barbosa. Voto. In: CONDEPHAAT. Processo 66578/2012. Tombamento do edifício do DOI-CODI/ II Exército, São Paulo.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Editora Unicamp, 2022.
- TOLEDO, Caio Navarro de. A Unicamp não foi uma ilha: por uma Comissão Da Verdade e Memória. Campinas, 2014. Disponível em: <https://comissaoverdade.gr.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/11/2014/03/140319_cvu_artigo_prof_caio_toledo.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2025
- TOLEDO, Caio Navarro de. Um marco histórico na vida política da Unicamp. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 11 a 24 de abril de 2016.
- TOLEDO, Caio Navarro de. Zeferino Vaz: um reitor de direita que protegia as esquerdas?. *Germinal: Marxismo e educação em debate*, 7(2), p. 116–132, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v7i2.14871>. Acesso em 06 de maio de 2024.